Las Relaciones CTS en la Educación Científica
ISBN: 84-689-8925-8 Año: 2006

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM FUTUROS PROFESSORES

Filomena Teixeira
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação
menateixeira@netcabo.pt
Luísa Veiga
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação
Isabel Martins
Universidade de Aveiro - Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa

Palavras-chave:
Sexualidade, Reprodução Humana, Educação em Sexualidade, Formação de Professores.

Resumo:
Nesta comunicação serão divulgados resultados de um estudo, em Portugal, sobre concepções, comportamentos e atitudes de futuros professores do 1º Ciclo do Ensino Básico face à sexualidade e reprodução humana. Constituirá ainda uma oportunidade para reflectir sobre a pertinência de incluir a educação em sexualidade nos currículos escolares e na formação de professores.

OBJECTIVOS

- Divulgar resultados de um estudo, em Portugal, sobre concepções, comportamentos e atitudes de futuros professores do 1º Ciclo do Ensino Básico face à sexualidade e reprodução humana.
- Reflectir sobre a pertinência de incluir a educação em sexualidade nos currículos escolares e na formação de professores.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Enquanto plataforma privilegiada no cruzamento de abordagens interdisciplinares, a perspectiva CTS tem ganho uma centralidade estratégica na investigação em Didáctica das Ciências. Face à emergência de novos focos problemáticos – como o da *sexualidade e reprodução humana* – que interrogam a relação complexa entre a produção do conhecimento científico e as suas formas de disseminação e apropriação social, importa desenhar mapas de pesquisa que abram desafios epistemológicos.

A sexualidade é hoje um domínio de grande visibilidade social e um tema de forte investimento em diversas agendas de investigação. As implicações da sexualidade na construção de identidades sociais, na redefinição de questões éticas e na reconfiguração dos sistemas políticos, para além da sua estreita ligação às dinâmicas económicas, culturais e artísticas, tornam-na também numa área temática de importância crucial na educação formal e não formal.

As questões da sexualidade e das relações de género atravessam todas as instâncias da vida social: do urbanismo às novas tecnologias de reprodução; dos direitos humanos à publicidade; do emprego à participação pública; da saúde ao lazer; do direito ao turismo; da representação artística aos objectos de consumo; da televisão ao cinema; da literatura ao *design*; da política ao jornalismo; da Internet aos jogos de vídeo; da religião à ciência. Contudo, a sua inclusão nos currículos escolares tem sido lenta, difícil e fracturante, pondo em confronto actores sociais e discursos que apelam à Ciência mas, raramente, mobilizam os seus saberes.

A afectividade enquanto capacidade de dar e receber afecto aprende-se na interacção quotidiana, na dinâmica da aula, nos intercâmbios afectivos mas também através dos jogos de poder que se vivenciam na escola e/ou na família.

Para Restrepo (2004) o afecto é o ponto de encontro do nosso corpo com o espaço, motivo pelo qual a vivência gestual e imediata que temos do ambiente adquirem a característica de dimensão humana fundamental para a formação ética e valorativa. A sexualidade revestida da sua "roupagem" afectiva e simbólica, cultural e valorativa converte-se em estética pedagógica e a educação em sexualidade numa educação que faz do educador um *escultor de sensibilidades*. Para o autor, num projecto de educação em sexualidade há 2 eixos valorativos: i) reconhecermo-nos como formadores de sensibilidades e ii) tematizar a afectividade como dinâmica central do processo pedagógico. No primeiro, importa modificar o ambiente escolar, gerando sensibilidades partilhadas, na atmosfera colectiva que se respira, nos símbolos e gestos que determinam os comportamentos. No segundo - tematização da afectividade, o afecto antes restrito às famílias, passa a ser considerado como ambiente

propício à construção da cidadania. Deste modo, a educação em sexualidade é tudo o que respeita ao corpo, do modo de vestir ao relacionamento com os outros. É, de uma forma ampla, a relação entre os corpos que constitui a base de toda a comunicação. De facto é com o corpo, através dos gestos que fazemos, que mostramos, ou não, disponibilidade para interagir e partilhar.

Uma vez que o corpo é sexuado, toda a comunicação é ao mesmo tempo corporal e sexual. Contudo, o sexual não se reduz ao genital. Para diferenciar a sexualidade da genitalidade, falamos de sensualidade e erotismo. A sexualidade humana difere da sexualidade animal, porque se distanciou da finalidade instintiva, conseguindo separar o lúdico do reprodutivo, conquistando a possibilidade de se recrear através do jogo e da imaginação. Há que entender a sexualidade nas suas diversas manifestações, tanto genitais como não genitais, reprodutivas e não reprodutivas, não esquecendo que a vivência da sexualidade envolve *rituais, linguagens, fantasias, concepções, símbolos, convenções* (Louro, 1998).

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Num estudo recente (Veiga *et al,* 2006) envolvendo 148 alunos de cursos de formação de professores do 1º CEB de duas instituições de ensino superior - politécnico e universitário - fez-se o mapeamento das concepções sobre sexualidade e reprodução humana, retomando um percurso que havíamos encetado aquando do projecto de investigação que conduziu ao doutoramento de uma das autoras (Teixeira, 1999).

No estudo que passamos a relatar, a população de futuros professores envolvida – cuja formação exige o domínio de competências científicas e pedagógicas para a abordagem destes temas em contexto escolar, com crianças dos 6-10 anos[1] - era maioritariamente feminina, católica, solteira e heterossexual, em tudo semelhante ao universo típico dos alunos que frequentam cursos de formação de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, em Portugal.

Questionados sobre vários aspectos relacionados com o conhecimento da sexualidade e da reprodução humana evidenciaram, em termos gerais, a existência de incorrecções científicas de base, nomeadamente no que respeita à 'designação do órgão sexual externo feminino', a que chamam *vagina*, aos 'períodos menstrual e de fecundidade do ciclo da mulher', o primeiro, indevidamente situado no *meio ou no fim do ciclo da mulher* e o segundo situado, para uns, no *início ou no fim do ciclo*, sendo que um grande número revela desconhecer que a ovulação acontece por volta do 14º dia após o inicio da menstruação, num ciclo convencional de 28 dias. Também no que respeita ao 'conceito e local de fecundação', há incorrecções a assinalar. Apesar de todos evidenciarem a necessidade de intervenção de uma célula sexual masculina e de uma feminina na fecundação, a grande maioria limita esta à mera *penetração de um espermatozóide no óvulo*. Poucos são os que referem explicitamente a sua junção. Quanto ao local de fecundação, são vários os que revelam desconhecer que a

[1] D.L. nº259/2000, de 17 de Outubro

fecundação ocorre na Trompa de Falópio, situando-a quer no *ovário*, quer no *útero*, quer ainda no *colo do útero*.

Paradoxalmente, muito do que se relaciona com o sexo masculino, nomeadamente, a designação do órgão sexual externo, a ejaculação, … é mais e melhor conhecido por todos, espelhando a relevância simbólica que, entre nós, este sexo tem sobre o feminino.

Resultados semelhantes, com estudantes do ensino superior politécnico, de uma das instituições envolvidas neste estudo, foram encontrados na investigação já referida e levada a cabo entre 1996 e 1999 sobre reprodução humana e cultura científica de futuros professores do 1ºCiclo do Ensino Básico (Teixeira, 1999).

A questão da dominância do masculino na sociedade portuguesa aparece, além disto, também associada à submissão e erotização da mulher pelo homem e à maior sociabilidade deste (Amâncio, 1994). Segundo a autora, esta diferença social é reforçada pelas representações que o homem e a mulher constroem de si próprios. No caso do homem, é ele que geralmente atribui significados diferentes aos conteúdos simbólicos da mulher, enquanto que a "invisibilidade" social desta, como elemento do sexo feminino, se constitui em maior dificuldade na construção de uma representação de si própria.

Para os jovens inquiridos, a aprendizagem conseguida por via informal assume preponderância idêntica à obtida em contexto escolar formal[2]. Apesar de considerarem que as duas vias lhes permitiram o acesso a informação diversificada sobre sexualidade e reprodução humana, julgam-se pouco preparados para, no futuro, tratarem o assunto com crianças de 6-10 anos. As razões invocadas evidenciam, para além de *lacunas na formação científica*, um *desconhecimento generalizado de materiais didácticos de apoio* e um enorme *receio da reacção das famílias*. As mesmas razões foram já identificadas em estudos realizados num total de cerca de 100 professores a leccionarem em escolas do ensino elementar (Teixeira, 1999 ; Veiga *et al,* 1999).

A propósito dos seus hábitos e comportamentos sexuais, cerca de metade dos inquiridos, com idades entre os 20 – 24 anos, afirma, ainda não ter iniciado a sua vida sexual, nem ter recorrido à masturbação. As razões evocadas centram-se, sobretudo, na *falta de oportunidade ou de segurança no(a) outro(a)* e no seu *estado civil (solteiros).* Apesar disto, admitem a *prática de relações sexuais antes do casamento / união.* De entre os outros, a maioria iniciou a actividade sexual com mais de 18 anos e diz *ter apenas um(a) parceiro(a) de sexo oposto, a que é fiel*.

Resultados análogos foram encontrados por Alferes (1997) numa amostra de 199 sujeitos, em que a idade da primeira relação sexual ronda os 18 anos. Já Vasconcelos (1998), num estudo efectuado com jovens portugueses de idades entre os 15-29 anos, observou resultados diferentes. Para o grupo etário dos 21-24 anos, semelhante ao do estudo descrito, aquele autor constatou que só 9,1% não tinham ainda iniciado relações sexuais. No mesmo estudo, Pedro Vasconcelos mostra que a maioria das mulheres iniciou o

[2] A temática da sexualidade e reprodução humana foi abordada ao longo do percurso académico dos futuros professores, nomeadamente, para uns, no ensino elementar; para a maioria no ensino secundário; para outros, no ensino superior. Apenas N = 4 nunca a abordaram.

relacionamento sexual com menos de 19 anos e a maioria dos homens antes dos 16 anos. Também no presente estudo, os autores constataram que cerca de 20% dos sujeitos fizeram essa iniciação entre os 15-18 anos. Esta tendência é igualmente verificada em França (Spira e Bajos, 1993).

O que mais valorizam no acto sexual é a *afectividade*, traduzida quer em *carícias,* quer em *proximidade emocional e prazer de ambos*. São muitos os que dizem *associar sexo a amor e a prazer,* mais do que à *reprodução*. Ainda que quase todos respeitem a homossexualidade, nenhum admite ter praticado actos sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Quanto à utilização do preservativo, há quem não o use, quer nas relações com o(a) companheiro(a) habitual, quer com o(a) ocasional, uma vez que *diminui o prazer* e/ou *manifesta falta de confiança no(a) parceiro(a).* A pílula mensal é um dos contraceptivos a que a maioria mais recorre. No entanto, quem a não toma e/ou não usa preservativo argumenta, essencialmente, com *vergonha* e com *factores religiosos*.

Um estudo sobre a população portuguesa (Lucas, 1993) mostra que apenas cerca de 1%, quer de homens quer de mulheres, admite a existência de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo. Alferes (1997) verificou que 5,2% dos homens e 2,9% das mulheres de uma das suas amostras com 199 sujeitos dizem ter tido, pelo menos uma vez, relações homossexuais.

Apesar de quase todos os inquiridos revelarem estar informados sobre o modo de transmissão do vírus VIH, prevalece a não distinção entre comportamentos de risco e grupos de risco. Talvez isso justifique que muitos associem a infecção VIH exclusivamente com a *prostituição,* a *homossexualidade* e a *toxicodependência* e poucos mencionem os *heterossexuais* como população também vulnerável.

Quanto à transmissão do VIH, um estudo[3] realizado com 6903 alunos portugueses dos 6º, 8º e 10º anos de escolaridade (10-16 anos) mostra que as relações sexuais, a utilização de seringas infectadas, as transfusões de sangue e a transmissão mãe-feto são formas de contágio do vírus da SIDA (Matos *et al,* 2002). O mesmo estudo revela que a maioria dos inquiridos está bem informada sobre a infecção VIH/SIDA, sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre a prevenção da gravidez não planeada. Porém, revelam dificuldade em transformar esses conhecimentos em comportamentos saudáveis.

Estes e outros dados relativos a sondagens e estudos sobre a sexualidade da população Portuguesa, constam num livro publicado pelas autoras (Veiga *et al,* 2000). Apesar das modificações de comportamentos por causa da Infecção VIH/SIDA, a população em geral continua a ter práticas de risco. No caso de um grupo de 1637 estudantes do ensino superior[4], os dados mostram que cerca de um terço nunca usou preservativo, por ligado à ideia de falta de confiança no(a) parceiro(a) e à diminuição do prazer sexual. Grande parte (70%) afirma

[3] Estudo iniciado em 1998 e inserido no Programa "Aventura Social e Saúde" da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, que integra, desde 1995/96, a rede europeia de investigação patrocinada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) / HBSC (Health Behaviour of School – Aged Chidren).

[4] Estudos realizados em 1996 e 1998, sob a coordenação de Vitória Mourão e Jorge Torgal, com alunos de 42 instituições do ensino superior do distrito de Lisboa e referidos no "Observatório aos comportamentos e atitudes em relação ao VIH/SIDA".

não ter receio de contrair o vírus da SIDA, pois dizem ser fiéis e acreditarem na fidelidade do(a) parceiro(a) .

Noutro grupo de 697 estudantes universitários[5], a SIDA quase não alterou as práticas sexuais. Mais de metade nunca discutiu com o(a) parceiro(a) habitual o uso do preservativo, número aproximado dos que afirmam nunca terem feito sexo seguro. O provável é que as relações de risco se acentuem entre os jovens portugueses, pois 57,4% admitiram que nunca, ou quase nunca, recusaram relações sexuais ocasionais por falta de preservativo.

Um inquérito nacional[6] feito a 7238 alunos portugueses do ensino secundário de todas as regiões do país com idades entre os 15-19 anos mostra que os jovens, apesar de estarem bem informados sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis, vão, com o tempo, esquecendo o uso do preservativo. Num total de 2564 (37,6%) que afirmam ter uma vida sexual activa, apenas 56,9% dizem usar sempre preservativo. Aliás, quanto mais activa é a vida sexual e o número de parceiros(as), menos o usam, por considerarem que o preservativo diminui o prazer sexual ou porque são fiéis e têm a certeza da fidelidade do(a) parceiro(a) .

Uma outra investigação[7] com 1000 estudantes portugueses entre os 16-23 anos revela que apenas 33% utilizam preservativo sempre que têm relações sexuais e cerca de metade dos jovens inquiridos dos ensinos secundário e universitário admite usá-lo às vezes. Curiosamente, 49% dos inquiridos dizem que a SIDA não modificou o seu comportamento sexual, mas quase todos (90%) pensam que os outros alteraram, pelo mesmo motivo, os seus comportamentos.

Se as situações descritas com jovens são preocupantes, o problema agudiza-se quando a dificuldade se mantém com estudantes do ensino superior.

CONCLUSÕES

As ideias apresentadas reforçam a preocupação com o estado actual da formação de professores do 1º CEB em Portugal no que respeita ao domínio da sexualidade humana. Os jovens aqui interpelados, apesar de se considerarem informados pelas vias (in)formal, continuam a manifestar lacunas a nível de conhecimentos básicos e a experienciar práticas sexuais que põem em risco a sua saúde.

Nos últimos anos têm proliferado debates em torno da importância da educação em sexualidade desde cedo na escola e, consequentemente, da sua inscrição nos *curricula* de formação dos professores. Todavia, estes debates não têm sido acompanhados de mudanças significativas nas práticas de formação. Alguns percursos individuais não têm sido até agora

[5] Estudo conduzido por José Cruz, em 1998 e 1999, com estudantes universitários de Porto, Lisboa e Braga e divulgado na imprensa diária em 2000 (Jornal Público, 20 Março).
[6] Estudo coordenado por Henrique Barros e divulgado na imprensa diária em 2002 (Jornal Público, 24 Abril).
[7] Estudo levado a cabo por Vitor Cláudio com estudantes dos ensinos secundário e superior, e divulgado na imprensa diária em 2001 (Jornal Público, 20 Novembro).

suficientes para alterar as relações dominantes no campo curricular. Urge, por isso, implicar publicamente nestes novos desafios educacionais as instituições de formação por forma a que os seus currículos promovam experiências de aprendizagem significativas e emancipatórias, abertas ao refazer de identidades e, por isso mesmo, tão sensíveis aos modos de ser, de sentir, de fazer, de pensar e de comunicar a sexualidade como atentas às relações de poder que revestem estes fenómenos de diversidade cultural (Teixeira, 2003)

Importa, no entanto, ter presente que pelo facto da sexualidade ser indissociável da natureza humana, a educação em sexualidade não poderá reduzir-se apenas à formação institucional. Ela será sempre interpenetrada pelas vivências pessoais e sociais inscritas nos corpos e na memória, pelo constante apelo dos *media,* bem como pela multiplicidade de interpretações dos próprios conceitos que a definem. Quem não conseguir compreender e agir evolutivamente sobre as coordenadas espácio-temporais que desenham os territórios do desejo e da sua manipulação, dificilmente comunicará aos outros o sentido vital e libertador da sexualidade.

Se às instituições de formação de professores, enquanto fazedoras de currículo, competirá a compreensão da complexidade que a abordagem deste tema invoca e a consequente tradução em práticas de formação, a cada professor, que na sua prática profissional é também um construtor de currículo, ficará sempre remetida a procura de alternativas para enfrentar com criatividade os diversos desafios que a expressão da sexualidade faz emergir no quotidiano escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alferes, V. (1997) *Encenações e Comportamentos Sexuais: para uma Psicologia da Sexualidade* (Porto, Edições Afrontamento).

Amâncio, L. (1994) *Masculino e Feminino: a Construção Social da Diferença* (Porto, Edições Afrontamento).

Louro, G. (1998) *Género, Sexualidade e Educação* (Petrópolis, Editora Vozes)

Lucas, J. (1993) *SIDA*: *a Sexualidade Desprevenida dos Portugueses* (Lisboa, McGraw – Hill).

Matos, M., Simões, C., Carvalhosa, S., Reis, C. & Canha, L. (2002) *A Saúde dos Adolescentes Portugueses* (Lisboa, FMH. Universidade Técnica de Lisboa / Programa de Educação para Todos – Saúde).

Portugal. Ministério da Educação – *Desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei nº 120/99: Decreto-Lei nº 259/2000.* D.R. I Série A, 00-10-17 (240), 5784-5786.

Restrepo, L. C. (2004). *Ética do amor*. Coimbra: Ariadne Editora.

Spira, A. & Bajos, N. (1993) *Les Comportements Sexuels en France* (Paris, La Documentation Française).

Teixeira, F. (1999) *Reprodução Humana e Cultura Científica: um Percurso na Formação de Professores* (Tese de Doutoramento não publicada, Aveiro, Universidade de Aveiro. DDTE).

Teixeira, F. (2003) Educação em Sexualidade em Contexto Escolar, in Carvalho,G., Varela de Freitas, M.L., Palhares,P. e Azevedo, F. (org.) Saberes e práticas na formação de professores e educadores – *Actas das Jornadas DCILM 2002,* 155-170 (Braga, Universidade do Minho. DCILM/IEC.

Vasconcelos, P. (1998) Práticas e discursos da conjugalidade e da sexualidade dos jovens portugueses, in: Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (Coord) *Jovens Portugueses de Hoje* (Oeiras: Celta Editora).

Veiga, L., Teixeira, F. , Couceiro, F. e Martins, I. (1999) Aprender sexualidade desde cedo: menino ou menina – eis a questão, in: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Ed) *Investigar e Formar em Educação***,** vol. 1, 389-398 (Porto, SPCE).

Veiga, L., Meliço-Silvestre, A., Martins, I. e Teixeira, F. (2000) *Nem Sempre o Silêncio é de Ouro – o Caso da SIDA* (Coimbra, IPC).

Veiga, L.; Teixeira, F.; Martins, I. e Meliço-Silvestre, A. (2006). Sexuality and human reproduction: a study of scientific knowledge, behaviours and beliefs of Portuguese future elementary school teachers. *Sex Education,* vol.6, nº1, 17-29.